



ARQUIVO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DA LUTA CAMPONESA: A CONSTITUIÇÃO DO ACERVO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E SUA ATUAÇÃO NO SUL DO PARÁ

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3750

Eduardo de Melo Salgueiro, UNIFESSPA

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo fazer algumas considerações iniciais a respeito da relação existente entre a constituição do arquivo da Comissão Pastoral da Terra de Xinguara-PA, e a memória de resistência da luta camponesa no Sul do Pará. Tal acervo vem sendo alimentado desde os anos 1970 e já conta com volumosa massa documental. O contato com o mesmo ocorreu em virtude de um projeto de extensão que tem como objetivo digitalizar tal documentação. Daí, decorreu a percepção que há ali uma real construção da memória camponesa, não somente no sentido de registrar os conflitos, mas de documentar a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Assim, busca-se inicialmente apresentar como houve o contato com o acervo, em seguida apresenta-se um breve histórico desta entidade e a relação de sua atuação com a chamada “preservação da memória”, que envolve as questões ligadas aos conflitos de terra e trabalho escravo que fazem parte da história da Amazônia Oriental (especialmente em sua porção sudeste). O terceiro momento da reflexão mostrará como e por quais razões construiu-se, no curso do tempo, o acervo que acolhe a documentação existente na CPT e sua relação com o que foi exposto anteriormente. A partir das considerações do historiador francês Pierre Nora, percebe-se que o expressivo acervo da mencionada entidade pode ser considerado como um “lugar de memória” que, por sua vez, promove a notória intenção em fazer daquele espaço e seu conteúdo informacional, um símbolo da resistência camponesa à histórica violência no campo.

Palavras Chave:

Arquivo; Comissão Pastoral da Terra; Resistência camponesa; Amazônia oriental.

Introdução

O presente trabalho tece algumas considerações a respeito da relação existente entre o acervo da Comissão Pastoral da Terra¹ de Xinguara, Pará² e a resistência camponesa na região sul paraense que, por sua vez, é conhecida por uma história marcada com sangue, conflito e violência. Para tanto, farei tal apresentação em três momentos: no primeiro deles, informo brevemente como se deu o contato com a documentação da CPT; em seguida, mostro em linhas gerais a história da CPT e sua atuação na região; no terceiro e último deles, apresento como foi construído tal acervo e a maneira pela qual esta entidade o compreende.

Projeto de Extensão e preservação arquivística

Inicialmente, é importante informar que meu contato com o acervo da CPT ocorreu em virtude de um projeto de extensão que está em curso e é fruto de uma parceria estabelecida entre a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará³ e a entidade ecumênica em tela, inserindo-se no âmbito da preservação da documentação por ela acolhida. Tal trabalho foi gestado desde 2014, mas começou a ser efetivamente desenvolvido no crepúsculo de 2015, sob coordenação de dois professores do campus de Xinguara⁴ da referida universidade. A formalização do projeto ocorreu somente em 01 de fevereiro de 2016, quando foi assinado o “Acordo de Cooperação Técnica 002/2016⁵”, estabelecido entre as duas instituições.

Em termos objetivos, esta ação pretende reorganizar, digitalizar e

disponibilizar *online* o vasto acervo que se encontra disponível na CPT/Xinguara. Daí decorrerá maior possibilidade de pesquisadores e pesquisadoras terem acesso a fontes históricas fundamentais para a compreensão de alguns aspectos do processo histórico de parte da Amazônia Oriental, tais como “conflitos de terra” e “trabalho análogo à escravidão”, dois dos temas mais presentes em toda documentação conservada.

Assim, pode-se dizer que a síntese dos objetivos principais do projeto aqui brevemente apresentado pode ser encontrado na seguinte assertiva: “[há] o interesse mútuo em disponibilizar para a sociedade parte relevante do acervo pertinente à *construção da memória e do conhecimento* da região.” (ACT, 2016, p. 01, grifos são meus). A seguir, apresento um breve histórico da atuação da CPT para, em sequência, abordar algumas questões mais relacionadas ao acervo e o seu significado na construção da memória e resistência campesina.

A Comissão Pastoral da Terra

A Comissão Pastoral da Terra é uma entidade que atua há pouco mais de 40 anos. Seu surgimento deu-se quando já se iniciava a segunda década da Ditadura Militar. Segundo informações da própria CPT, esta entidade foi criada em 1975, na cidade de Goiânia,

[...] durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). [...] Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu

¹ Doravante CPT.

² O atual município de Xinguara fica localizado na região sul do Pará e foi emancipado pela lei estadual nº 5082, de 13 de maio de 1982, quando foi desmembrado de Conceição do Araguaia.

³ Doravante Unifesspa.

⁴ O Projeto de Extensão “Preservação Arquivística do acervo da Comissão Pastoral da Terra” é coordenado pelo Professor Laécio Rocha de Sena e pelo autor deste artigo.

⁵ Doravante ACT.

trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam.⁶

É importante ressaltar que sua criação, em 1975, foi fruto de um processo que, segundo informações contidas em um texto publicado na ocasião dos 40 anos desta entidade, ocorreu da seguinte maneira.

Em 1971, no dia de sua ordenação episcopal como bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, [em] Mato Grosso, Dom Pedro Casaldáliga lançou a Carta Pastoral “UMA IGREJA DA AMAZÔNIA EM CONFLITO COM O LATIFÚNDIO E A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL”. Carta essa que denunciava a realidade dos indígenas, posseiros e peões numa porção da Amazônia, novo palco da expansão colonial do Brasil.

Este grito profético de Dom Pedro encontrou ressonância na igreja e na sociedade [...] Ao mesmo tempo, um grupo informal de bispos começou a se reunir, provocado pela necessidade de criar laços de solidariedade entre as igrejas em tempos de repressão [...] alguns destes bispos [...] provocaram a CNBB a patrocinar um Encontro de bispos e Prelados da Amazônia, para refletir sobre a realidade desta imensa região [É importante ressaltar], porém, [que eles] não agiram sozinhos [pois foram] motivados, às vezes provocados, e até empurrados por outros agentes de pastoral que também foram provocados pelos gritos, silenciosos, abafados, mas profundos e doloridos, do próprio povo.

Entre 19 e 22 de junho de 1975, em Goiânia (GO), oficialmente

convocado pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, realizou-se o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, do qual participaram 67 pessoas, de 27 dioceses ou prelazias.⁷

Como é possível perceber, a própria ação antidemocrática e repressiva da Ditadura Militar foi um elemento que impulsionou a criação da CPT, especialmente em virtude dos agravos ocorridos no campo na região amazônica e em outros espaços do país. Conforme ressalta Silva, “em decorrência do bloqueio imposto à livre organização política das classes subalternas [...], a Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica – CPT – desempenhou importante papel como força articuladora dos trabalhadores no campo” (2005, p. 01).

Peixoto, por sua vez, informa que naquele contexto a Igreja havia modificado seu modo de atuar, pois desde “o Concílio do Vaticano II e da opção preferencial pelos pobres, a participação política dos católicos [foi] incentivada, principalmente entre os grupos marginalizados da sociedade.” Assim, continua o autor, “ao solidarizar-se com o destino do povo, a Igreja adota um novo modo de agir” (p. 116). No que diz respeito especificamente ao caso da região Sul e Sudeste do Pará, o mesmo pesquisador afirma:

A Igreja Católica popular põe em prática uma alentada ação cultural junto aos lavradores das áreas de Marabá e Conceição do Araguaia. Desde o início dos anos 70, agentes religiosos realizam um convicto e esforçado trabalho voltado para desenvolver entre os trabalhadores uma consciência de grupo social que deve lutar, coesa e organizadamente, por seus direitos

⁶ <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>.

⁷ <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt-40-anos/2605-ha-40-anos-nascia-a-cpt>. Palavras em caixa-alta do original.

de cidadania na sociedade nacional (PEIXOTO, 1981, p. 116).

Nesse sentido, como resposta aos projetos de desenvolvimento promovidos pelo Regime Militar, que trouxe todo tipo de adversidade e conflito, a CPT foi criada. Deste modo, Airton Pereira afirma que no espaço amazônico,

[...] em virtude do processo de expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras pelas empresas privadas, com o apoio dos aparelhos de Estado [...] o trabalho pastoral da Igreja Católica progressista, principalmente através da CPT, desenvolveu-se, embora limitado pela repressão do regime militar, em apoio aos posseiros de terras devolutas e aos posseiros ocupantes de terras tituladas ociosas. À medida que ela se credenciava como [mediadora], confrontava-se com o poder dos proprietários locais, das grandes empresas do capital privado e dos organismos e pessoal do Estado que tinham, para a região, um modelo de desenvolvimento assentado na grande propriedade da terra (p. 160).

A CPT, portanto, surgiu preocupada com as questões relacionadas ao campo, com forte inspiração da chamada Teologia da Libertação e na experiência do trabalho do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que foi criado alguns anos antes (SILVA, 2011). Na visão de Moises Pereira da Silva, a carta aberta de Dom Pedro Casaldáliga mencionada há pouco, foi um marco importante, pois significou “a ruptura definitiva daquela Igreja, a Prelazia de São Felix do Araguaia, com o latifúndio e sua estrutura de sustentação, ou seja, com o próprio Estado autoritário” (2011, p. 74). Depois disso, a CPT também atuou no sentido de aproximar e militar a favor de uma coesão entre as várias Igrejas das

regiões nas quais havia maior índice de conflitos que inclui, por certo, o município de Conceição do Araguaia que fica localizado ao sul do Pará, além de outros municípios do então estado de Goiás (SILVA, 2011, p. 75).⁸

Conforme indica Jean Hébette, no curso dos anos 1960 iniciavam os grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia e, “na aparência de um aceno amigo [seu resultado foi] um abraço traiçoeiro”, uma vez que por trás “da promessa de dias melhores e de juramentos de prosperidade futura (‘Integrar para não entregar’) [emergiu] a ameaça da destruição ambiental, da desintegração social e cultural”. Ademais, diz o autor que a famosa “Transamazônica”, em vez de efetivar a máxima ‘Terra sem homens para homens sem-terra’, promoveu, ao fim e ao cabo, “Latifúndios [que] se espalharam em toda a Amazônia [tais como] JARI, VOLKSWAGEN, BRADESCO” (1991, p. 7, palavras em caixa-alta do original). Dessas políticas públicas decorreram inúmeros problemas. Corroborando a posição de Hébette, Hall informa que “não é exagero afirmar que durante os anos [19]70 formou-se [na região amazônica] uma crise agrária de proporções sem precedentes e que, durante os anos [19]80”, houve um agravamento da crise. Segundo este autor, “seu aspecto mais [dramático] tem sido a violência rural” (1991, p. 144).

A Comissão Pastoral da Terra traz dados bastante importantes a este respeito, uma vez que tem sido justamente nessa história do tempo presente, isto é, o período correspondente aos últimos quarenta anos, que os conflitos se intensificaram. Neste ano de 2017, por exemplo, algumas situações de grave violência no campo ocorreram em Mato

⁸ O município de Conceição do Araguaia foi desmembrado nos anos 1980 e deu origem a

Redenção, Rio Maria e Xinguara (1982) e Floresta do Araguaia (1993).

Grosso e no estado do Pará.⁹ Levando isso em consideração, em seu *website*, a CPT apresenta números que merecem ser elencados aqui. Segundo informações prestadas por esta entidade, entre os anos de 1985 a 2017, foram registrados oficialmente 45 massacres que vitimaram 214 pessoas, em nove estados brasileiros.

É válido ressaltar que a maioria desses casos se encontra na área da chamada Amazônia Legal, isto é, dos 45 massacres, 33 deles situam-se nos estados do Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia e em Tocantins. É gritante, ainda, o índice de casos ocorridos no estado paraense, que totalizam 22, ou seja, quase a metade de todos eles.¹⁰

Portanto, desde o golpe de 1964, a Amazônia sofreu profundas transformações que acabaram por desencadear contradições bastante visíveis, inclusive no tempo presente, haja vista a continuidade da violência na região. Deste modo, as maiores marcas do projeto desenvolvido pelos regimes foram: a criação da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), em 1966, e seus incentivos fiscais, bem como os projetos de aberturas de estradas de ligação (Belém-Brasília, Transamazônica, por exemplo), e a colonização dirigida. De modo muito resumido, pode-se afirmar que

Desde o fim dos anos [19]50, com a abertura da Rodovia Belém-Brasília e, em 1970, da Transamazônica, dirigiram-se para essa região fluxos intensos de migrantes, na sua maioria lavradores expulsos dos mais diversos Estados do país. Acompanhando este movimento e, em alguns casos, antecedendo-o, operou-se um grande movimento de especulação fundiária que retalhou toda região em imensos

latifúndios de dezenas e até centenas de milhares de hectares (HÉBETTE, 1991, p. 200).

Em linhas gerais, nos anos 1970 o Regime Militar intensificou uma proposta de desenvolvimento econômico para a Amazônia que pretendia povoar e explorar seus recursos naturais. Para tanto, mediante uma convidativa promoção de créditos e incentivos fiscais, atraiu capital privado para a região. Por outro lado, também pretendeu incentivar a “colonização de pequenos produtores em lotes de cem hectares” em ambos os lados da rodovia Transamazônica. Deste modo, aquele “projeto de assentamento buscava criar uma próspera classe de proprietários de produtores e distribuir terras agrícolas gratuitamente”. Assim, muitos colonos foram atraídos vindos especialmente do Nordeste do país e, “de acordo com a propaganda oficial da época” (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 35), por meio daquela rodovia de mais de cinco mil quilômetros, haveria a conexão entre os “homens sem-terra à terra sem homens” (conforme famoso slogan da Ditadura e que fazia parte do Plano de Integração Nacional).

O problema que daí deriva é que os “migrantes [...] chegavam ao Pará em números que excediam em muito a capacidade do Incra em absorvê-los nas comunidades planejadas”. Assim, “os trabalhadores rurais apropriaram-se de quaisquer terras a que tivessem acesso”. O problema é que naquele mesmo momento, “investidores altamente financiados, a maioria oriunda do centro e sul do Brasil, aproveitaram-se dos lucrativos incentivos fiscais e programas de crédito [...] e converteram imensas porções de terras em pastagens ou compraram terras para imobilizá-las em portfólios de investimento”. O resultado

trabalhadores rurais sem-terra foram mortos em uma ação conjunta das Polícias Civil e Militar do estado do Pará.

⁹ Tratam-se dos crimes cometidos em Colniza (MT), município localizado na Amazônia Mato-Grossense, onde foram vitimados nove trabalhadores rurais em Abril de 2017, e o caso de Rio Maria (PA), quando em maio de 2017, dez

¹⁰ Todos os dados podem ser conferidos em: <https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>.

disso, como podemos supor, é a violência que daí resultou, tornando-se “lugar-comum quando pecuaristas, grileiros e camponeses agricultores entraram em disputa pelo controle dos territórios” (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 36). Logo, “migração, especulação fundiária, conflitos, violências e resistências são dimensões que se intensificam no cotidiano dos sujeitos amazônicos após o golpe civil-militar de 1964” (PESSOA; CONCEIÇÃO, 2017, p. 64).

Portanto, é em meio a esse contexto socioeconômico e político tão complexo que a atuação da CPT deve ser compreendida na região amazônica, pois como afirma Pereira “a emergência da questão agrária na pastoral da Igreja católica está relacionada diretamente com as transformações sociais e políticas que a envolveu” (2008).

É importante ressaltar que nessa atuação, existe uma construção identitária que parte especialmente dos membros da Igreja. Nas palavras de Rodrigo Peixoto,

A ação cultural da Igreja popular junto aos camponeses procura fazer da conjunção entre política e religião um fator de coesão, capaz de produzir uma visão de mundo relativamente homogênea no grupo social. Essa agregação ideológica se encaminha através de ideias simples, como ‘terra de Deus’ e ‘comunidade’, ou de associações entre imagens bíblicas e elementos históricos atuais. O próprio termo ‘camponês’ possui conotação política ativa, ao promover entre os lavradores uma identidade social escamoteada por termos mais genéricos, como agricultores de baixa renda, trabalhadores rurais ou rurícolas. Buscando desenvolver a identidade do grupo, a ação cultural da Igreja visa também a introjetar e legitimar, junto aos camponeses, valores que ela avaliza. Assim, até onde sua ação é efetiva, a Igreja concebe e constrói um ‘projeto camponês’ (PEIXOTO, 1981, p. 118-119).

Em toda a ação de mediação desempenhada pela CPT junto aos camponeses, sempre foi fundamental os registros documentais de grande parte das atividades por ela desenvolvidas, que eram (e ainda são) peças fundamentais na formalização de denúncias contra fazendeiros, militares e agentes públicos junto ao poder público. Dentre os diversos tipos de denúncias impetradas e/ou acompanhadas pela entidade junto aos órgãos públicos destacam-se, por exemplo, aquelas relacionadas ao trabalho escravo nas fazendas da região, assassinatos de trabalhadores e lideranças rurais, além de ameaças de morte (SALGUEIRO; SENA, 2016). Daí surge o seu acervo. A seguir, abordo mais especificamente a CPT/Xinguara e o significado de sua prática arquivística.

CPT, arquivo, memória e resistência

Diante do que foi apresentado anteriormente, podemos notar o quanto a atuação da CPT tem sido importante, sobretudo para acompanhar, denunciar e documentar toda a ceulema que envolve os problemas no campo.

Em relação à CPT/Xinguara, seu acervo é bastante impressionante no que diz respeito ao registro de conflitos ao longo das décadas. É válido ressaltar que a origem da documentação ali existente deve ser remetida ao tempo em que ficava no município de Conceição do Araguaia. Para que compreendamos melhor, apresento algumas informações a esse respeito, a partir de uma entrevista feita com a agente pastoral Ana de Souza Pinto. Quando questionada sobre o momento em que a CPT foi instalada em Xinguara, ela informou que “na primeira etapa da fundação em [19]75 até 1999 [ficou instalada] lá em Conceição do Araguaia e depois [...] no final [daquele mesmo ano] veio aqui pra Xinguara. [...] Mas [...] o acervo, a massa documental veio [...] no

final de 2009... não de 1999”.¹¹

Ainda nas palavras da agente pastoral, a CPT mudou sua sede para Xinguara pelas seguintes razões:

[...] a gente resolveu mudar pra cá por ser uma localização mais estratégica em termos de uma atuação articulada com as equipes da CPT de Marabá e do Alto Xingu, incluindo aqui Tucumã, São Felix do Xingu, onde têm equipes, [que facilitam] essa articulação e também porque a gente foi observando que a frente de ocupação daqui [da] região, a tendência era expandir mais pro rumo oeste aqui da região sul, [portanto], pra facilitar as articulações e também receber os trabalhadores dos municípios mais próximos aqui, porque Conceição ficava bastante longe.¹²

Levando em consideração o que foi exposto acima, a mudança da sede da CPT para Xinguara ocorreu especialmente em virtude de sua boa localização, bem como em decorrência do próprio processo de ocupação que foi se intensificando rumo ao sudoeste do estado paraense, conforme leitura feita na época pela Comissão Pastoral da Terra.¹³

Mas por que houve a necessidade de documentar? Qual era, na visão da Comissão Pastoral da Terra, o principal objetivo para arquivar as suas ações junto aos trabalhadores rurais que estavam envolvidos em conflitos de terra?

Por que registrar? Primeiro, pra CPT se apropriar e conhecer as dinâmicas em curso, ligadas tanto às questões da terra, quanto às relações de

trabalho no processo de instalação das grandes fazendas da região. Um *segundo* objetivo, era para encaminhar junto às autoridades, as denúncias dos problemas relacionados tanto, aos conflitos da terra, como do trabalho escravo, visando dar visibilidade aos graves problemas do campo, e também para cobrar das autoridades medidas para resolver esses conflitos. *Outra* finalidade do registro documental, era para “guardar” a memória histórica das lutas dos trabalhadores, para que essa memória pudesse contribuir para eles se *empoderarem* dos seus processos de lutas. Para que essas lutas fossem fonte de conhecimento, de aprendizagem, para que os trabalhadores se afirmassem cada vez mais como sujeitos de direitos [...] mas, também outros segmentos da região, para terem o conhecimento da história das lutas, a partir do registro dos oprimidos do campo [...]”¹⁴

A resposta dada pela agente pastoral é bastante significativa, especialmente porque mostra como a construção do arquivo, de certo modo, ocorreu espontaneamente no início das ações da CPT, uma vez que sua principal preocupação era a de se “apropriar e conhecer as dinâmicas de trabalho” juntamente com o objetivo de denunciar as mazelas do campo.

O terceiro objetivo é aquele que tem relação ao objeto em tela, pois indica como finalidade de registrar, o interesse em “guardar” a “memória das lutas dos trabalhadores” de tal sorte que estes

¹¹ Entrevista com Ana de Souza Pinto, realizada em 13 de novembro de 2015 pela equipe de trabalho do Projeto de Extensão “Preservação do patrimônio arquivístico da Comissão Pastoral da Terra”.

¹² Entrevista com Ana de Souza Pinto, realizada em 13 de novembro de 2015 pela equipe de trabalho do Projeto de Extensão “Preservação do patrimônio arquivístico da Comissão Pastoral da Terra”.

¹³ É válido dizer que o emblemático caso conhecido como o “massacre de Eldorado dos Carajás” ocorreu em 1996, isto é, três anos antes de a CPT ter se mudado para Xinguara.

¹⁴ Entrevista com Ana de Souza Pinto, realizada em 13 de novembro de 2015 pela equipe de trabalho do Projeto de Extensão “Preservação do patrimônio arquivístico da Comissão Pastoral da Terra”. Grifos meus.

pudessem “se empoderarem” no processo de suas lutas. Tal visão a respeito do próprio acervo é bastante significativo, pois conforme ressalta Martins, “as ações de revisitar o tempo passado espelham quase sempre necessidades e intenções do tempo presente”. Assim, continua a autora, “as respostas à necessidade do tempo presente passam, muitas vezes, pela criação de lugares que documentem o passado” (2014, p. 21).

Percebe-se, nesse caso, que é justamente assim que a CPT compreende seu acervo, isto é, por meio de uma “memória documentada”, atuar em favor das intenções presentes da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Houve, com o passar dos anos, o objetivo de transformar aquele arquivo em um espaço de aprendizagem e de *reconhecimento* dos sujeitos que são retratados nas páginas dos diversos tipos documentais ali depositados, como *sujeitos de direitos*.

Isso vai em consonância ao que ressaltam alguns autores da arquivística no sentido de que devemos levar em consideração que os arquivos, de modo geral, não são apenas espaços inertes e insensíveis à sua constituição. Pelo contrário, devemos percebê-lo como um “pensamento com potência ativa. Que põe a inteligência em alerta. Que mobiliza o pensamento e produz mesmo vibrações físicas” (SALOMON, 2008, p. 243). Dito isto, é absolutamente necessário fugir da concepção que “pressupõe os arquivos como *dados*, e evitam a todo custo uma reflexão sobre sua construção e sobre sua produção” (SALOMON, 2011, p. 14, grifos meus).

Tal perspectiva teórica da arquivologia, que percebe o arquivo como algo “vivo” e não mais como um guardião imparcial de salvaguarda documental, é central para compreendermos a constituição do acervo da CPT, especialmente pela própria natureza desta entidade, tal como já pude expor inicialmente neste texto.

Deste modo, é possível

compreender este arquivo como um “lugar de memória”. Segundo Pierre Nora, que pensou tal conceito especialmente para o caso francês nos anos 1980, mas que vem sendo apropriado desde então de diversas formas e para os mais variados objetos,

[os lugares de memória podem ser os] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que *não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos*, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13, grifos meus).

Portanto, trata-se de um lugar de memória que pretende tornar visíveis os “sinais e reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1993, p. 13). Logo, é um espaço de reivindicação de memória que tem como maior objetivo, fomentar a resistência camponesa no sul e sudeste do Pará, por parte da CPT. Parte-se, nesse sentido, de um entendimento de “memória coletiva” como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (NORA *apud* LE GOFF, 1990, p. 472).

A partir das informações que constam na ficha de descrição da documentação da CPT/Xinguara, podemos observar o potencial para as pesquisas preocupadas em analisar violência no campo e trabalho análogo à escravidão (seja em relação à perspectiva da dominação e ascensão da inserção de grandes capitais na região, bem como a resistência que daí decorre de grupos que historicamente foram marginalizados nesse processo).

Assim, levando em consideração

que o Fundo CPT/Xinguara conta com algo em torno de 105,7 metros lineares, divididos em várias seções (tais como correspondências, relatórios, jornais, fichas e pastas de conflitos de terras, declarações de trabalho escravo, bem como outros registros diversos de conflitos), é absolutamente notório seu uso em favor à luta camponesa na região.

Considerações Finais

Conforme mencionado inicialmente, a CPT Xinguara passou a produzir e acumular documentos referentes aos conflitos pela terra, trabalho escravo e outros temas relacionados à sua atuação há décadas. Desde o início, o registro das informações e a organização do acervo da CPT têm como maiores finalidades contribuir para a elaboração de denúncias dos conflitos; subsidiar a elaboração de documentos jurídicos e, tal como foi dito, “salvaguardar a memória” histórica das lutas, a partir da ótica dos oprimidos; contribuir para fontes de pesquisas e para formação de estudantes, professores e lideranças e fornecer informações para o banco de dados da CPT Nacional e produção do Caderno de Conflitos. Durante muitos anos (até final dos anos 1990) por razões de segurança, a CPT Xinguara remetia uma cópia para o escritório de Belém (PA) e Goiânia (GO). A partir de 2015, visando ampliar a democratização do acesso a documentação, da CPT Xinguara, a equipe local em diálogo com a CPT Nacional firmou uma parceria com a Unifesspa para o "tratamento" e digitalização de parte da massa documental produzida e acumulada pela entidade.¹⁵

Portanto, é desta maneira que deve ser compreendido o arquivo e o papel da CPT na região em tela, isto é, como um lugar que tem objetivos claros e só poderá ser compreendido a partir de

um conhecimento prévio do contexto em que foi criada esta entidade, o que a move e torna possível sua existência e perpetuação dessa memória de resistência. É importante mencionar a autonomia dos próprios trabalhadores e trabalhadoras do campo nesse processo, bem como eventuais conflitos existentes na própria relação com a Comissão Pastoral da Terra¹⁶. Contudo, é imperativo entender a relação entre essa entidade, a resistência e a perpetuação da memória relacionada aos conflitos de terra no sul e sudeste do Pará. Avaliar isso mais profundamente parece ser tema bastante instigante e merece atenção dos historiadores e historiadoras preocupadas com tal temática.

Referências

- HALL, Anthony. A crise agrária na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (Org.). **O Cerco está se fechando**. O impacto do grande capital na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1991.
- HÉBETTE, Jean (Org.). **O Cerco está se fechando**. O impacto do grande capital na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1991.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____ **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.
- MARTINS, Ana Cristina dos Santos. **A construção de um lugar de memória**. Conjunto etnográfico de moldes de danças e corais arouquenses 1944-2013. Porto, Portugal. 2014. 89f. 2º Ciclo de Estudos em História e Patrimônio – Mediação Patrimonial. Faculdade de Letras do Porto, 2014.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.
- PEIXOTO, Rodrigo. Problemas atuais da ação da igreja na região do Araguaia-Tocantins. In: **Seminário ANPOCS - Inter-American Foundation**, Belém., 1991. v. 1. p. 115-140.
- PEREIRA, Airton dos Reis. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: mediação e conflito na região Araguaia Paraense.

¹⁵ Aqui há um resumo das informações prestadas pela Comissão Pastoral da Terra na descrição de seu Fundo documental.

¹⁶ Ver Peixoto (1981).

Revista Ruris, vol. 2, n. 2, Setembro, 2008. p. 99-136.

PESSOA, Fabio M.; CONCEICAO, W. J. C. A luta pela terra nas páginas do Jornal O Grito da PA 150. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 1, p. 59-82, 2017.

SALOMON, M. O Gosto do Arquivo e os Ruídos da História. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 237-243, jul.-dez. 2008.

_____. (org.). **O saber dos arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**.

Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: EDUFPA, 2012.

SILVA, José Santana da. A Comissão Pastoral da Terra como organizadora política dos trabalhadores rurais. In: **XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz**, 2005, Londrina - PR.

SILVA, Moisés Pereira da. **Padre Josimo, uma vida pela terra**: lutas de classe nos conflitos agrários no Bico do Papagaio e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como opção política (1970 a 1986). Goiânia, 2011. 175f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2011.